

UMA VIAGEM AO ANTIGO EGITO: A RELAÇÃO ENTRE PRESENTE E PASSADO NA NARRATIVA DE BORDO DE GUSTAVE FLAUBERT

*A travel to Ancient Egypt: the relationship between
present and past in Gustave Flaubert's board narrative*

Nathalia Monseff Junqueira*

RESUMO

O Antigo Egito, ao longo do tempo, sempre atraiu a atenção de outras civilizações. A partir do final do século XVIII, o Ocidente, principalmente Inglaterra e França, volta o seu olhar, desta vez com mais interesse, para o Oriente, visando adquirir um maior conhecimento sobre essas civilizações e articulando um discurso denominado Orientalismo. Essa pesquisa procura demonstrar como este discurso esteve presente na sociedade européia, influenciando as relações entre orientais e ocidentais, valendo-se da obra literária produzida por Gustave Flaubert intitulada *Voyage en Egypte*: outubro 1849-juliet 1850. Com base nessa fonte, juntamente com a discussão bibliográfica proposta, pretendo analisar as representações idealizadas sobre o Antigo Egito, provenientes do discurso orientalista difundido no Ocidente ao longo do século XIX, que constrói o Oriente com o objetivo de justificar a dominação exercida nesta região.

Palavras-chave: História; literatura; Egito.

* Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e Mestranda em História (França) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari e co-orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho.

ABSTRACT

The Ancient Egypt has always attracted the attention of other civilizations. Since the end of the 18th century, the West, mainly England and France, turns its eyes more carefully to the East in order to acquire a greater knowledge about those civilizations, articulating a discourse called Orientalism. Based on the literary work of Gustave Flaubert entitled *Voyage en Egypte*: octobre 1849-juillet 1850, the aim of this paper is to demonstrate how this discourse was present in European society, influencing the relationships among western and eastern peoples. An analysis of the representations that derived from the orientalist discourse idealized about the Ancient Egypt along the 19th century was carried out with the objective to show that such discourse created an image of the East in order to justify the domination exerted in that region.

Key-words: History; literature; Egypt.

Introdução

O fascínio pelo Antigo Egito remonta à Antigüidade. E como exemplos têm-se as obras de Heródoto, Diodoro da Sicília, Estrabão, Plutarco e Ptolomeo, que resistiram ao tempo e se tornaram referências para o estudo da sociedade egípcia, juntamente com a cultura material e os papiros remanescentes das épocas dos faraós. Durante a Idade Média, foram os peregrinos, os antiquários e outros viajantes que incluíram o Egito em suas rotas e em seus relatos. As primeiras visitas em busca dos objetos de valor dessa região começaram nos anos finais do século XVI e no início do século XVII.

Entretanto, a multiplicação de interesses pelo Egito ocorreu depois que Napoleão Bonaparte (1769-1821) invadiu Alexandria, em 1798 e, dessa forma, não somente o Egito, mas também todo o Oriente, tornou-se um lugar comum a novos estudos e viagens. A expansão da arqueologia no século XIX despertou a imaginação e a curiosidade dos europeus pelas antigas sociedades orientais. Assim sendo, as pesquisas científicas propagaram diversas informações sobre esse novo mundo. Nesse sentido, as viagens ao Oriente faziam parte do itinerário de qualquer pessoa interessada em conhecer novas culturas, como foi o caso de Gustave Flaubert (1821-1881),

literato que escreveu o diário de bordo *Voyage en Égypte* durante a sua estada no Oriente entre 1849 e 1850.

Nesse diário, o romancista narra todas as impressões e experiências dessa viagem, uma fonte pouco explorada pela historiografia atual, ou seja, pela historiografia francesa, britânica, ibérica e nacional. No que tange à temática dos usos do passado, esse texto é somente citado em alguns trabalhos. Dentre estes, encontram-se estudos tanto sobre a sociedade do Antigo Egito quanto sobre o século XIX, já que se trata de uma boa fonte para se compreender o imaginário histórico da época.

Os usos do passado: uma relação entre presente e passado

Nos últimos anos, surge uma nova corrente de estudos na História Antiga que busca expandir a questão cultural e a formação da identidade nacional através dos usos do passado. Essa vertente apresenta a preocupação de entender como houve a manipulação do passado por grupos no poder para legitimar os seus discursos e as suas práticas vigentes. Essa linha de pesquisa procura delimitar as variadas formas de apropriação do passado, através da relação de cada sociedade, seja com seu passado, seja com outras sociedades. Nesse artigo, procura-se estabelecer como a França, durante o século XIX, apoderou-se da Antiguidade egípcia para construir sua identidade nacional e sua idéia de herança cultural.

Laurent Olivier¹ afirma que a descoberta do continente americano nos séculos XVI e XVII e o achado de vestígios arqueológicos de outras sociedades pré-clássicas transformaram as bases sobre as quais a identidade europeia havia sido construída até o século XVIII – e o problema resultante dessas descobertas era como juntar em uma mesma história universal do homem os “selvagens” e os europeus.

1 OLIVIER, Laurent. As origens da arqueologia francesa, in *Repensando o Mundo Antigo*. Trad. Glaydson José da Silva. Textos didáticos n. 49, IFCH/UNICAMP, 2003, p.38.

A resposta foi mostrar, através da análise da cultura material encontrada tanto na América como na Europa, que os ameríndios estavam em uma escala evolutiva anterior à européia, ou seja, que essas populações primitivas conservariam as marcas das origens do homem moderno. É dessa maneira que a arqueologia auxilia na construção de uma identidade européia e se torna um aparato científico das origens da Nação, havendo a transição dos gabinetes de curiosidade para o que se pode chamar de os primeiros gabinetes de Antigüidades.

Um dos historiadores brasileiros que trabalha nesse campo dos usos do passado é Pedro Paulo Funari. Em seu artigo “Guerra do Peloponeso”, ele demonstra como essa guerra serviu de modelo para as análises realizadas sobre as duas guerras mundiais ocorridas no século XX e, atualmente, para comparações com a guerra entre Estados Unidos e Iraque, em curso desde 2003². O assessor do ministro da Defesa americano Davis Hanson, segundo Funari³, traça um paralelo entre os Estados Unidos e Atenas, sugerindo uma mudança dos sistemas de governos dos países invadidos para o democrático e buscando, dessa maneira, novos aliados no Oriente.

Glaydson José da Silva é outro historiador nessa mesma linha de pesquisa. Seu livro *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antigüidade sob o Regime de Vichy (1940-1944)*, publicado em 2007, versa sobre a República de Vichy, implantada durante a permanência da Alemanha nazista na França à época da Segunda Guerra Mundial. O discurso vigente, após a invasão alemã, era em prol de uma nova França, descendente de um passado gaulês. Silva também aponta nesse trabalho como essa manipulação do passado francês cria uma nova memória coletiva, reavivando figuras históricas pertencentes à tradição francesa.

Como comenta Silva⁴, os estudiosos que se encontram no chamado Terceiro Mundo, ao realizarem trabalhos que buscam essa temática de usos do passado, como é o caso deste artigo, percebem, ao longo das

2 FUNARI, P. P. A. Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19-45.

3 Ibid., p. 43.

4 SILVA, Glaydson José da. *Antigüidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

discussões historiográficas, que os autores franceses estão comprometidos com os interesses europeus, tornando o trabalho mais crítico.

Gustave Flaubert: obra e redes de sociabilidade

A título de conhecimento, serão apresentadas algumas informações sobre o autor e o contexto histórico em que viveu. O romancista Gustave Flaubert nasceu em 12 de dezembro de 1821, em Rouen, França. Era filho de um cirurgião de renome e pertencia a uma família aristocrática da região da Baixa-Normandia. Aos 20 anos, decidiu estudar Direito (1841-1843) em Paris, mas, devido a crises nervosas, abandonou o curso e retornou à sua cidade natal. Segundo Guy de Maupassant (1850-1893), Flaubert passava os seus solitários dias dedicando-se à lenta elaboração de suas obras no escritório de sua propriedade na cidade de Croisset, localizada perto de Rouen, de cujas janelas poderia ser observado o rio Sena.

Deixava poucas vezes a sua propriedade para encontrar-se com os amigos, nas tardes de domingo, em um pequeno apartamento em Saint-Honoré, demonstrando participar de uma rede de sociabilidade: Ernest Chevalier (1820-1887), Alfred Le Poittevin (1816-1848), Louis Bouilhet (1821-1869), Máximo du Camp (1822-1894), que o acompanhou em sua viagem ao Egito, o já citado Guy de Maupassant (1850-1893), Ivan Tourgueneff (1818-1883), Théophile Gautier (1811-1872), Georges Feydeau (1862-1921), Charles Augustin Sainte-Beuve (1804-1869), Charles Baudelaire (1821-1867), Edmond de Goncourt (1822-1896), Leconte de Lisle (1818-1894), Alexandre Dumas Filho (1824-1895), Victor Hugo (1802-1885), Alphonse Daudet (1840-1897), Émile Zola (1840-1902), Jules Lemaître (1853-1914), Hippolyte Taine (1828-1893), Ernest Renan (1823-1892), Edmond About (1828-1885) e George Sand (1804-1876), pseudônimo usado pela Baronesa Dudevant. As conversas e trocas de idéias que ali ocorreram influenciaram de alguma maneira as obras de Flaubert, como, por exemplo, o poeta Bouilhet, no tocante ao interesse pelo teatro, e Victor Hugo e Renan como autores prestigiados por ele.

Dentre as suas obras mais conhecidas, cita-se a primeira versão de *La tentation de Saint Antoine* (1849), inspirada em um quadro do pintor flamengo Jan Brueghel, “o velho” (1568-1625). Iniciou sua viagem no Orien-

te, que duraria dois anos, em 1849. Segundo Eric Hobsbawm⁵, essa busca romântica levou exploradores até os grandes desertos da Arábia e do norte da África, entre os guerreiros e as odaliscas. A primeira obra do literato a ser publicada é *Madame Bovary*, em 1857, a qual obteve grande repercussão na sociedade francesa devido ao adultério cometido pela protagonista, Emma Bovary. Devido à repercussão dessa obra, o autor francês foi processado por ofender os preceitos da moral e da religião; Flaubert, em sua defesa, afirmou “*Madame Bovary sou eu*”⁶. *Salammô*, lançado em 1862, apresenta ao leitor elementos da antiga cidade de Cartago, que foram colhidos na sua viagem ao sítio arqueológico localizado no norte da África. Nessa obra, de grande sucesso, têm-se como principais personagens o liberto Spendius, Mathô, que se apaixona pela filha do general Hamilcar, Salammô, a personagem que dá nome à obra.

Flaubert publicou outros livros, como *L'Éducation Sentimentale* (1869), a segunda versão de *La tentation de Saint Antoine* (1874) e *Trois Contes* (1877), apresentando três histórias escritas em estilos diferentes: *Un coeur simple*, representando o realismo; *Saint Julien l'hospitalier*, um conto medieval, e *Hérodias*, seguindo o estilo bíblico. Em 1880, ano de sua morte, iniciou a redação da sua última obra, *Bouvard et Pécuchet*, em que critica a verdade vinculada de forma incontestável à ciência durante o século XIX e que será lançada postumamente em 1881. Outra obra lançada após a sua morte é a fonte desse trabalho, *Voyage en Égypte*, que somente foi editada em 1910.

Representação e análise de discurso

Neste momento, atentar-se-á à maneira como o texto e o contexto interagem entre si, observando também conceitos da análise do discurso e da representação, pontos importantes em relação ao entendimento do texto

5 HOBBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 289.

6 FLAUBERT, G. *Madame Bovary*. Paris: Gallimard, 1936, p. 5.

escolhido. Apesar da análise do discurso e a representação terem origens diferentes, a primeira na literatura e a segunda na historiografia, não são conceitos excludentes entre si. Eles auxiliam na observação de como são projetadas as prerrogativas imperialistas dos grupos dominantes na França nas sociedades orientais durante o século XIX, legitimando suas condutas e projetos nessas localidades, bem como esboçando uma nova identidade para esses grupos.

A análise de discurso surge na década de 1960 indagando a maneira como o texto exprime a opinião do autor, havendo o retorno do estudo da literatura como uma produção discursiva. Através das teorias da crítica literária e da filosofia da linguagem, de acordo com Eni Orlandi⁷, as Ciências Sociais e a Linguística devem ser articuladas, a linguagem e a sua exterioridade. Sendo assim, o discurso é um produto da cultura, e a ciência e a arte, antes pensadas no século XIX como dois pólos opostos, estão interligadas no discurso das ciências humanas contemporâneas.

Primeiramente, serão inseridas algumas reflexões de autores que conceituam a narrativa, como a de David Harlan⁸, que afirma que as narrativas são feitas de palavras e começam a gerar leituras múltiplas e sentidos divergentes, ou a de Laurence Stone⁹, que considera a narrativa como uma organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração de um conteúdo numa única história coerente, embora possuindo subtramas.

Retornando a posição de Harlan¹⁰, todo o discurso é político e cultural, havendo uma ação humana intencional. Esse resultado, segundo Orlandi¹¹, é promovido por uma mediação entre o homem e o seu contexto. O referido discurso concatena uma produção de sentidos¹², a qual está ligada

7 ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003, p. 16.

8 HARLAN, David. A História Intelectual e o retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 15-62, 2000, p. 18.

9 STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história. *Revista de História*. Campinas, n. 2/3, p. 13-37, 1991, p. 13.

10 HARLAN, David. Idem.

11 ORLANDI, Eni P. Idem, p. 15.

12 Ibid., p. 43.

à inter-relação entre discurso, sujeito e ideologia; por sua vez, resulta em uma formação discursiva, que permite compreender a sua própria estrutura, a maneira como nele a ideologia mostra-se presente e como a mesma se relaciona com a linguagem.

Afirma-se que essa formação discursiva é histórica e não podemos separá-la de sua época. Como salienta Jorge Lozano¹³, cada período estabelece critérios dominantes na constituição do seu discurso histórico. Logo, há a necessidade de relacionar o discurso com a posição de quem o profere, percebendo as lutas de poder e dominação que estão presentes na constituição daquele discurso¹⁴.

Seguindo essa linha de raciocínio, Michel Foucault contribui para esse debate, analisando o discurso por um outro prisma. Por exemplo, em seu livro *A ordem do discurso*¹⁵, ele critica a palavra como transparência no momento em que não se consideram os seus possíveis sentidos. Para ele, o discurso é um produto da sociedade, sua produção é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade.

Entretanto, o poder não está presente somente no discurso; ele também permeia as representações. E é exatamente essa a temática da História Cultural, pensar como a realidade social de uma determinada localidade é criada através de interesses de grupos dominantes. Para Peter Burke¹⁶, a representação tem o poder de modificar a realidade que parece refletir. Já no caso de Roger Chartier¹⁷, a representação apresenta três modalidades: o trabalho de classificação; as práticas de se reconhecer uma identidade social e as formas institucionalizadas que marcam a existência do grupo ou comunidade.

13 LOZANO, J. *El discurso histórico*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 11.

14 CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990, p. 17.

15 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 9.

16 BURKE, Peter (Org.). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 84.

17 CHARTIER, Op. Cit.

As representações não somente classificam as sociedades que criam, todavia há uma exclusão de alguns aspectos que seriam representados, por meio de práticas políticas, sociais e discursivas. Outro ponto destacado por Chartier é a chamada representação coletiva, que se preocupa em conciliar as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as geram e estruturam uma forma de constituir uma única representação que será compartilhada por uma sociedade¹⁸, como o caso das imagens do Oriente que veiculavam no Ocidente desde a Antigüidade.

As representações do Antigo Egito na obra de Gustave Flaubert

A partir de agora, analisar-se-ão algumas passagens selecionadas da obra *Voyage en Égypte* referentes à Antigüidade egípcia e que apontam para a relação entre a sociedade ocidental e o Oriente no século XIX. Primeiramente, esse era caracterizado como um lugar onde o exótico e o maravilhoso habitavam, mas, depois do contato com os nativos, ao Oriente restou desempenhar o papel de antagonista em relação ao europeu; um território ideal para a Europa comparar sua cultura com uma cultura diferente e afirmar a sua superioridade e o seu domínio sobre o Leste. Essa dominação resulta na última etapa da relação entre Ocidente e Oriente: a pilhagem de todas as riquezas, inclusive a cultura material, que se torna propriedade de seus invasores e irá compor os acervos particulares e dos museus da Europa.

Em meados do século XIX, todo o Oriente já havia sido mapeado e estudado e uma série de trabalhos foi publicada sobre o Egito na França, como *Viagem no Baixo e Alto Egito*, do barão Vivant Denon (1747-1825), *Descrição do Egito*, por ordem de Napoleão Bonaparte e *Sumário do Sistema Hieroglífico dos Antigos Egípcios*, de Jean-François Champollion (1790-1832), que se tornaram leituras indispensáveis para um conhecimento prévio do território a ser visitado.

18 Ibid., p. 19.

Flaubert, em algumas passagens do seu diário, apresenta indícios de que teria consultado esses trabalhos antes de sua partida para o Egito. Em Mahatta, ele vê dois turcos fumando perto de um muro circular, o que, para ele, “era como uma gravura, uma visão do Oriente em um livro”¹⁹. Em Beit-el-Ouali, ele escreve: “Ver a descrição de Champollion, o jovem, no seu *Cartas sobre a Núbia*”²⁰, e em El-Kab ele faz a mesma anotação, citando além do “Egito de Champollion”, “Figeac, *Universo pitoresco*”²¹. Conclui-se, portanto, que o escritor francês teve acesso às pesquisas que foram realizadas no Egito durante esse período.

Entretanto, essas pesquisas estavam baseadas em uma prática do Orientalismo, que é definido por Edward Said (1935-2003) como uma disciplina científica que focaria seu objetivo em uma aquisição e acumulação de conhecimentos sobre o Oriente. O intuito dos orientalistas era o de *provar* as informações científicas levantadas nas bibliotecas européias através da leitura de textos datados desde a Antigüidade sobre o Oriente. Esse conhecimento produzido por esses estudos influenciou a literatura ficcional européia, criando uma experiência homogênea e reforçando, segundo Said²², as divisões estabelecidas pelos orientalistas entre Ocidente e Oriente.

Essas informações também favoreceram as invasões e ambições coloniais ocidentais no Oriente, uma vez que os invasores tinham muitos dados sobre a cultura das populações locais, viabilizando a ocupação dessa região, além de se tentar salientar fatores da corrida imperialista do século XIX. Uma primeira análise a que se recorre acerca desse assunto é a de Hannah Arendt, que afirma que as práticas imperialistas se iniciam no último terço do século XIX. No livro *Origens do totalitarismo*, escrito em 1950, ela discutiu o tema do imperialismo através do viés político e econômico, caracterizando-o como oriundo do colonialismo e nascido pela incompatibi-

19 FLAUBERT, G. *Voyage en Égypte*: octobre 1849-juillet 1850; présentation de Catherine Meyer; photographies de Maxime Du Camp. Paris: Editions Entente, 1986, p. 114.

20 Ibid., p. 142.

21 Ibid., p. 152.

22 SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.108.

lidade do sistema de Estados nacionais com o desenvolvimento industrial que estava ocorrendo na Europa²³.

Como argumentou essa autora, a expansão do território está inserida na idéia política central do imperialismo²⁴, e para que essa expansão pudesse ocorrer nas regiões desejadas, muitas vezes lutas e interesses eram manipulados para se tornarem objetivos nacionais dessas regiões. Dessa forma, havia a intervenção da metrópole e a conquista dessa área, proporcionando o aumento do poder dos países conquistadores.

Em contrapartida, Edward Said define o imperialismo como as ações, a teoria e a prática da metrópole governando um território distante, controlando terras que pertencem a outros povos, e o colonialismo quase sempre como resultado do imperialismo, que seria a implantação de colônias nessas terras distantes. Ele continua argumentando que a manutenção da conquista imperialista ocorria não somente pela força ou violência, mas muitas vezes por um domínio ideológico, em que os impérios afirmavam que essas regiões invadidas “*precisam* e imploram pela dominação”²⁵. Esse encontro proporciona uma experiência cultural oriunda da relação entre colonizadores e colonizados; é por esse motivo que Said determina que se deva falar em territórios que se sobrepõem, em histórias que se entrelaçam²⁶.

As cores e os monumentos

Essa corrida imperialista no século XIX facilitou o envio das expedições científicas para os territórios do Oriente. Uma das práticas recorrentes durante as expedições era a preocupação em descrever tudo que estava ao alcance dos olhos de seus cientistas, e essa abordagem foi adotada por

23 ARENDT, H. *The origins of totalitarianism*. New York: The World Publishing Company, 1967, p. 7.

24 Ibid., p. 125.

25 SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.40; ênfase do autor.

26 Ibid., p. 98.

Flaubert em seu diário. Não eram somente as obras arquitetônicas que o encantavam, mas também as várias tonalidades de cores com as quais ele se deparou – e isso não deixou de ser uma constatação verificada em suas primeiras leituras sobre o Antigo Egito.

Chamaram sua atenção, principalmente, aquelas tonalidades refletidas pelo sol no vale do Nilo, descritas em várias passagens, ao longo da narrativa de viagem: “O sol se levanta diante de mim; todo o vale do Nilo, banhado no nevoeiro, parecia um mar branco imóvel, e o deserto atrás, com seus montículos de areia, como um outro oceano de um violeta sombrio cuja onda tinha petrificado”²⁷.

A gradação de cores das roupas, principalmente daquelas usadas pelas mulheres, também foi registrada no diário de bordo: “Elas têm as vestimentas azul céu, amarelo vivo, rosa, vermelho, todas essas cortadas sobre a cor de peles diferentes”²⁸. Esse fascínio pelas tonalidades de cores aponta para o vislumbre que o novo mundo oriental exerceu sobre Flaubert, despertado pela curiosidade européia através das informações científicas divulgadas na época.

Não eram somente as cores que chamavam a atenção de Flaubert; os monumentos e a arquitetura do Antigo Egito são tópicos recorrentes em suas anotações. Primeiramente, ele observa a Esfinge, localizada no Vale de Gizé – um complexo que compreendia, além das pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, templos, palácio real e prédios administrativos – inserindo algumas impressões dessa criação puramente egípcia: “Ela crescia, crescia e saía da terra como um cachorro que se levanta... Nós paramos diante da Esfinge, ela nos olhava de uma maneira assombrosa”²⁹.

O autor também discorre sobre o Templo de Hamada, situado na cidade de Korosko, no Alto Egito:

27 FLAUBERT, Op. cit., p. 60.

28 Ibid., p. 97.

29 Ibid., p. 59.

O templo é recoberto por grandes lajes... muitas das quais são carregadas de inscrições gregas ilegíveis. Há sobre essas lajes ondulações regulares naturais, como seriam as ondas. Uma porta quadrada, com uma cor transversal sobre aquela se abrem às três portas de três cores paralelas que, pelo fundo, comunicam-se entre eles. Nos pronaus, os caracteres são profundamente entalhados; no templo, eles são em relevo e pintados como as figuras³⁰.

Durante a sua viagem, Flaubert se deparou com nomes de viajantes europeus grafados nas pedras constituintes de templos, muros ou pirâmides do Egito. Essa prática sinaliza uma relação de posse por parte de alguns viajantes europeus com o Antigo Egito. Eles podiam acreditar que os monumentos e a história dessa sociedade lhes pertenciam e que, portanto, poderiam removê-los para as cidades européias – como o obelisco que está em Paris –, complementando o acervo dos museus europeus, ou simplesmente deixar o nome neles inscrito. No interior de uma das pirâmides do já citado vale de Gizé, a de Quéfren, encontra-se o nome do engenheiro e explorador das antiguidades egípcias Giovanni Belzoni: “Sob o nome de Belzoni, e não menor, está aquele de M. Just de Chasseloup-Laubat”³¹.

Em Kom Ombo, há um templo dedicado a Ísis, em cuja fachada Flaubert encontrou novamente nomes grafados: “Para mim os nomes de viajantes, S. Chasseloup-Laubat, oficial francês, 1825, e Darcet; a data é ilegível. O nome foi gravado por pequenos buracos, e é sob a fachada do templo, um pouco a direita, na altura de um homem”³².

Flaubert critica essa prática de inscrição de nomes nos monumentos: “A gente se irritou com a quantidade de nomes de imbecis escritos por tudo”³³. Essa irritação diante dessas inscrições sugere que para ele esses resquícios do Antigo Egito pertenciam ao Estado francês, não àqueles que deixaram seus nomes marcados nos monumentos. Essas sugestões reme-

30 Ibid., p. 119.

31 Ibid., p. 62.

32 Ibid., p. 149.

33 Ibid., p. 62.

tem-se à questão da formação da identidade nacional francesa, durante o século XIX, que necessitava de um *outro* com características completamente opostas àquelas determinadas como ocidentais. Dessa forma, a conservação dos monumentos arquitetônicos egípcios serviria de contraponto sempre que a França precisasse afirmar a sua identidade européia.

Construção da identidade francesa

As imagens do Oriente, comumente presentes nas notas de viagens, permitem que haja a construção de identidades, uma afirmação ressaltada por Peter Burke na sua obra *O que é História Cultural?*³⁴. Podemos observar tal assertiva no discurso produzido no *Voyage en Égypte* de Gustave Flaubert. Impulsionada pelo desenvolvimento da arqueologia, a constituição da identidade moderna francesa ocorre através das representações culturais. É nesse contexto que se dá a representação européia do *outro*. Nesse sentido, concorda-se com Said³⁵ quando ele afirma que a representação tem o poder de modificar a realidade que parece refletir e é por essa razão que o orientalismo, como narrativa, monopolizou o sistema inteiro de representação. Essa representação tinha como intenção ser uma ferramenta de dominação cultural, tomando como pressupostos o conhecimento e o poder.

Para François Hartog, essas notas de viagem são trabalhadas pela alteridade. O objetivo fundamental era apontar a diferença entre eu e o *outro*, “colocando-o à distância, designando-o como um *mythos*, precisamente para distinguir-se dele e fazerem-se assim mais críveis”³⁶. Tal idéia também é compartilhada por Pedro Paulo Funari³⁷, pois, para esse historia-

34 BURKE, Peter (Org.). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

35 SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 57.

36 HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 316.

37 FUNARI, P. P. A. Retórica e argumentação, do mundo clássico ao nosso cotidiano. *Revista Eletrônica história e-história*, Bragança Paulista, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em: 14/04/2006.

dor, criou-se um Oriente completamente oposto ao Ocidente. Percebe-se que essa alteridade é um dos alicerces na construção da identidade francesa e temos como exemplo a própria narrativa de Flaubert, que projeta a cultura egípcia na sociedade francesa.

Essa construção do *outro* se faz através de diferentes recursos lingüísticos, segundo Hartog, como a inversão, a diferenciação, a comparação, a analogia e o *thôma*, que significa maravilha. O *thôma* pode ser percebido na medida em que havia um deslumbre que o Oriente exercia na sociedade francesa, devido à antigüidade de suas civilizações, pelas suas maravilhas, como no trecho em que Flaubert menciona a esfinge: “Seus olhos parecem ainda cheios de vida”³⁸; mas, principalmente, quando deixa transparecer o seu encanto pelas antigüidades do Egito:

[...] eu senti subindo do fundo de mim um sentimento de felicidade solene que ia ao encontro desse espetáculo, e eu agradei a Deus no meu coração de me ter feito apto a desfrutar dessa maneira; eu me sentia com sorte para pensá-la, embora ele me parecesse, entretanto, não pensar em nada; era uma prazer íntimo de todo o meu ser³⁹.

Outra passagem selecionada aponta para a maneira como a cultura de uma outra civilização, no caso a egípcia, é vista por Flaubert, que se utiliza da comparação e da diferenciação: “Reflexão: os templos egípcios me entediam profundamente. É que isso vai tornar-se como as igrejas da Bretanha, como as cataratas dos Pirineus?”⁴⁰.

De acordo com Todorov⁴¹, essas comparações demonstram o desejo de apreender o desconhecido com o auxílio do conhecido, mas também contêm uma distribuição de valores sistemática e reveladora.

38 HARTOG, F. Op. cit., p. 59.

39 FLAUBERT, G. *Voyage en Égypte*: octobre 1849-juillet 1850; présentation de Catherine Meyer; photographies de Maxime Du Camp. Paris: Editions Entente, 1986, p.100.

40 Ibid., p. 129.

41 TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A reunião de todos os aspectos mencionados anteriormente resulta na tradução do *outro*, que apresenta, como etapa final, a nomeação, implicando em uma classificação. Esse processo de classificação funciona como um espelho invertido para Hartog⁴², pois, ao classificar o *outro*, o indivíduo classifica-se a si mesmo. De acordo com Dominick LaCapra⁴³, a questão fundamental a ser colocada é como compreender e lidar com os graus variáveis de proximidade e distância em relação ao *outro* que está tanto fora quanto dentro de nós. Na esteira desse pensamento, está se referindo à construção da identidade, que é feita através das diferenças.

Ampliando as visões expostas até esse momento, percebe-se, então, que a construção da identidade francesa, que vem sendo ilustrada nas passagens de Flaubert, dá-se paralelamente à representação do egípcio. Para os franceses desse período, os egípcios são sujeitos reduzidos ao papel de produtores de objetos cujo desempenho é admirado, mas tal admiração marca a distância que os separa do ocidental. Siân Jones⁴⁴, por sua vez, afirma que a construção ativa de identidades está imbuída na negociação dos interesses econômicos e políticos ou o que pode ser amplamente denominado relações de poder. O Oriente passa a ser capturado, criado através dos estudos de etnologia, arqueologia, antropologia e filologia, todas essas carreiras impulsionadas pela expansão das ciências no período estudado nesse trabalho.

42 HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 259.

43 LACAPRA, D. *History, politics and the novel*. New York: Cornell University Press, 1989, p. 140.

44 JONES, S. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, Pedro Paulo; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange. *Identities, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005, p. 33.

O Antigo Egito e a formação do Estado Nacional francês

O movimento de constituição da nação moderna francesa e da sua identidade inicia-se no final do século XVIII, resultado das idéias que estavam presentes na sociedade desde a Revolução de 1789. A Revolução Francesa influenciou na formação de regimes políticos e na ideologia do século XIX, denominado “século das revoluções” por autores como Rémond⁴⁵ e Hobsbawm⁴⁶.

A Europa e o mundo observaram a expansão colonial e os “choques revolucionários”⁴⁷, que buscavam a liberdade e a independência de outros países. As mudanças mais visíveis após a Revolução Francesa foram a reformulação do mapa da Europa, com novas anexações e decisões institucionais, a exemplo do fim do feudalismo. Rémond⁴⁸ afirma que a Revolução Francesa suscitou o nacionalismo moderno, devido a três fatores: primeiramente, a influência de suas idéias, a independência e a unidade nacional; depois, o exemplo dado pelos revolucionários contra o Antigo Regime; e, por fim, o desencadeamento de ações em toda a Europa, uma forma de despertar o sentimento nacional.

A preocupação após a instauração do novo governo era a aplicação de um projeto de uma nação francesa não através da imposição vinda de um Estado coercitivo, de acordo com Renato Ortiz⁴⁹, mas por um pacto de transferência dos direitos e deveres dos cidadãos para as mãos de representantes legitimados pelo voto. Estes seriam responsáveis pela criação e aplicação das leis que regeriam o Estado, ou seja, com o intuito de, segundo as palavras do autor citado, romper *com as marcas mais recônditas do passado*⁵⁰.

Para isso, havia a necessidade da formação de uma memória nacional, que não poderia ser específica e nem limitada à experiência de um único

45 RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

46 HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

47 RÉMOND, René. Op. cit., p. 13.

48 Ibid., p. 153.

49 ORTIZ, Renato, p. 38-39

50 Ibid., p. 190.

grupo social; ela teria que ser produzida pela história social e circundar o campo da ideologia e do poder. É nesse momento que as festas nacionais são instituídas para despertar na população esse sentimento de pertencimento à nação francesa, como exemplo a festa de 14 de julho. Nas palavras de Jacques Le Goff⁵¹, essas datas comemorativas eram importantes tanto para os revolucionários, que as usavam para que a população não se esquecesse das lutas durante a Revolução Francesa, como para os grupos que estão no poder, que se apropriam dessas datas para ter o apoio popular. Além dessas festas, são lançados selos, monumentos, moedas e placas com o fito de consolidar a memória nacional francesa.

Não somente as festas, mas a escola também foi um instrumento de formação de uma memória coletiva, responsável tanto pela universalização da língua nacional, o francês, como igualmente pela disseminação de uma cultura nacional, em detrimento das culturas tradicionais de cada região, que unificasse o Estado francês. Assim, para René Rémond⁵², a língua constitui um dos pontos de apoio do sentimento nacional, junto com a religião e a história.

A noção de história, desde sua abordagem como disciplina científica, desempenhou o papel de legitimação histórica da cultura europeia ocidental⁵³, tornando-se uma ferramenta para o movimento de construção do Estado Nação francês. É nesse sentido que podemos falar que a História Antiga tornou-se um artifício para justificar essa nova constituição nacionalista, tornando-se, atualmente, uma nova linha de pesquisa dentro da História, que pretende elucidar a interface entre o passado e o presente.

Essa relação entre o passado e o presente pode ser percebida nas passagens em que Flaubert relata os monumentos do Antigo Egito. Por um lado, ele se deslumbra com essa antiga sociedade, pois, como já ressaltava Heródoto, no século V a.C.: “ela possui as coisas mais maravilhosas e oferece obras que superam a possibilidade descritiva”⁵⁴.

51 LE GOFF, J. *Memória*. In: *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 419-476, p. 458.

52 RÉMOND, R. *Ibid.*, p. 156.

53 SILVA, Glaydson José da. *Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

54 HERÓDOTO; 35. In: MORAES, Érica Siane. *Heródoto e o Egito. Tradução e comentário do Livro II das Histórias*. Campinas, 1999. Dissertação de Mestrado, p. 140.

Dessa forma, Flaubert pontua para a sociedade francesa as suas conquistas no Oriente. Por outro lado, as representações do Egito, pensando sob a ótica do *espelho invertido* de Hartog⁵⁵, auxiliam na constituição tanto da identidade francesa quanto do Estado Nacional, principalmente quando ele relata a sua decepção em ver os templos em ruínas, como ocorreu em Midenet el-Fayoum: “Tumbas em ruínas, que parecem a do fundo do fracasso; das coisas miseráveis, dos ossos brancos aparecendo mesmo na terra, como uma galantina cortada pela metade”⁵⁶, ou quando ele caracteriza a pintura parietal egípcia como repetitiva: “ao fundo, porta ao meio, duas outras menores; os muros são cobertos de grandes desenhos representando a apresentação de oferendas às divindades, por toda a parte as mesmas cenas são repetidas”⁵⁷.

Apesar do vislumbre inicial com as construções que diferem das conhecidas na Europa, Flaubert acaba, através das etapas de construção do *outro* por ele feitas, reproduzindo um discurso que tem por finalidade justificar a invasão dos franceses no Oriente, com o intuito de levar a civilização a esses povos e também auxiliar na instituição de uma identidade francesa aparentemente oposta a todas as características egípcias.

As passagens selecionadas do diário de bordo apontam para as diversas sensações que Flaubert relatou no seu encontro com os resquícios da antiga sociedade egípcia. O contato com as cores e os monumentos egípcios, que Flaubert descreve com uma expressiva riqueza de detalhes, aponta para o fascínio que o mundo novo imprime no viajante europeu. Entretanto, com o passar da viagem, o encantamento se dissipa, e o discurso de superioridade do ocidental, presente no contexto francês, manifesta-se nas lentes com as quais se observava o Oriente. Aparenta menosprezar, de certo modo, toda essa cultura material produzida pelos antigos egípcios.

Resta acrescentar que as conclusões apresentadas não têm por objetivo finalizar as idéias discutidas ao longo desse texto, todavia evidenciar as nossas primeiras interpretações acerca da obra *Voyage en Égypte*, ampliando novas possibilidades de estudo sobre a interface entre a História Antiga e a contemporaneidade.

55 HARTOG, F. Ibidem, p. 259.

56 FLAUBERT, G. Ibidem, p. 91.

57 Ibid., p. 107.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao convite da Profa. Renata Senna Garraffoni para escrever e incentivar a publicação desse artigo. Agradeço ao Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (UNICAMP) e à Prof. Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP-Franca), pela revisão do texto. Ressalto que todas as idéias aqui expressadas são de minha autoria.